

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
2020**

(Em Reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG.

Por meio de seus produtos e serviços, a Prodemge auxilia órgãos e entidades do governo de Minas a prestarem serviços cada vez mais eficientes aos cidadãos mineiros. Seja nas áreas de saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça e outras.

Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o Estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23 de fevereiro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), com centavos omitidos, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 05 e 06 – Contas a receber e serviços a faturar
- Nota 28 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 29 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 18, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) O resultado do exercício é apurado conforme o regime da competência, sendo que a receita, após a adoção do IFRS15/CPC47 é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente.
- g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos, que apresentam as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados pelos empregados.
 - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.
- j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD aprovada pela Diretoria da Prodemge, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.
- k) O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados anualmente com base no lucro real e com recolhimento mensal por estimativa.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e bancos	6.176.818	277.160
Aplicações Financeiras		
· Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	50.297.297	59.046.010
· Fundos de Investimentos	53.075.624	-
· Conta Poupança - Convênio	340.434	101.754
Total	109.890.173	59.424.924

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil, com liquidez diária e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

A Conta Poupança – Convênio, refere-se a um Convênio (CV-138/00) firmado entre a Prodemge e a Advocacia Geral do Estado - AGE no exercício de 2019, onde se estabeleceu parceria para o desenvolvimento de um projeto com atividades relativas ao “Monitoramento e recuperação inteligente da dívida ativa”. Este projeto foi selecionado pela chamada Fapemig nº 10/2017, e tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente projetos de inovação e pesquisa científica e tecnológica, mediante aporte de recursos financeiros por parte da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMIG. O Convênio foi feito com contrapartidas financeiras (para a mão de obra de desenvolvimento com o aporte da Fapemig) e contrapartidas econômicas (recursos tecnológicos). A Companhia participa do projeto com a contraprestação econômica, além de desenvolver o sistema; enquanto a AGE participa com a contrapartida financeira através do recurso da Fapemig. Este recurso é repassado para a Prodemge, visto que a Companhia executou o desenvolvimento do sistema. O valor da contraprestação financeira já foi repassado à Companhia através da conta poupança, que atualizada soma o montante de R\$340.434. A empresa aguarda a finalização da prestação de contas para utilização deste recurso.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais conforme abaixo:

	2021		2020	
	Saldo contábil	Vencidos há mais de 04 anos (PECLD)	Valor Líquido	Valor Líquido
Estado de Minas Gerais:				
Administração Direta	66.883.833	(48.938.468)	17.945.365	35.231.547
Administração Indireta	1.513.425	(22.210)	1.491.216	1.526.482
Outros	178.039	-	178.039	365.057
Total Estado	68.575.298	(48.960.678)	19.614.620	37.123.086
Extra Estado				
Prefeituras	707.722	(184.097)	523.626	1.280.365
Iniciativa Privada	21.721	-	21.721	74.878
Total Extra Estado	729.443	(184.097)	545.346	1.355.243
Total	69.304.741	(49.144.774)	20.159.967	38.478.328

A redução dos valores a receber foi ocasionada por constantes ações dos administradores da Companhia junto ao Estado, no sentido de regularização de débitos antigos.

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. No exercício de 2021, a administração da Companhia propôs alteração na política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, onde passou a contemplar débitos vencidos há mais de 03 anos. Até o exercício de 2020 eram

provisionados os débitos vencidos há mais de 04 anos. Ocorreu também o registro de perda de R\$1.060.595, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos.

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada abaixo:

	2021
A vencer	3.336.195
Até 30 dias:	11.481.900
De 31 até 60 dias:	1.628.119
De 61 até 90 dias:	273.944
De 91 até 120 dias:	38.812
Acima de 120 dias:	52.545.771
PECLD	(49.144.774)
Total	20.159.967

Posição da PECLD em 31/12/2021:

Ano base	Contas a Receber - dez/2021	PECLD reconhecida até 2020	PECLD reconhecida 2021	Total PECLD acumulado - anos anteriores	Saldo final com PECLD
2012 a 2016	33.692.931	(33.692.931)	-	(33.692.931)	-
2017	4.756.152	-	(4.756.152)	(4.756.152)	-
2018	10.695.691	-	(10.695.691)	(10.695.691)	-
2019	1.677.308	-	-	-	1.677.308
2020	966.658	-	-	-	966.658
2021	17.516.001	-	-	-	17.516.001
TOTAL	69.304.741	(33.692.931)	(15.451.843)	(49.144.774)	20.159.967

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

O Saldo de R\$25.651.312 refere-se a serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar.

7. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas e está avaliado pelo custo médio de aquisição (R\$435.371).

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão representados em sua maioria por provisão de imposto de renda sobre aplicações financeiras (R\$552.949).

9. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. As apurações

dessas contribuições acontecem à medida que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem, os créditos são utilizados.

10. DEVEDORES DIVERSOS

Compreende adiantamentos a empregados, tais como férias, viagens, vale transporte e vale refeição.

11. ATIVOS DE CONTRATOS

Atendendo ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, a Companhia registra em seu ativo os custos com o serviço de desenvolvimento de software, onde o faturamento ocorre apenas no momento em que há transferência de serviços prometidos aos clientes.

Os ativos de contrato reconhecidos basicamente são constituídos pelo custo necessário para execução de um contrato, relativo à parcela que ainda não tenha sido faturada.

12. BENS PERMANENTES MANTIDOS PARA VENDA

No exercício de 2021, a Companhia descontinuou os serviços de infraestrutura de sinal digital, os quais eram prestados à Fundação TV Minas. O encerramento dos serviços se deu de forma amigável e as tratativas da negociação ocorreram em nível da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, do Estado de Minas Gerais, juntamente com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, sob o Processo nº 2380.01.0000028/2018-51 e Procedimento CPRAC nº 48/2020, que culminou com a assinatura do Termo de Autocomposição 05/2021, de 13 de setembro de 2021.

Com o Termo de Autocomposição ficou acordada a venda (ainda não finalizada até a data do encerramento das demonstrações financeiras) dos equipamentos utilizados nesta prestação de serviço para que a própria Fundação pudesse dar continuidade ao serviço por ela mesma. Desta forma, a Companhia reclassificou os equipamentos imobilizados para Bens Permanentes Mantidos para Venda, uma vez que a partir de 01 de janeiro de 2021 a prestação de serviço de infraestrutura de sinal digital cessou por parte da Prodemge e sendo assim interrompida a depreciação dos referidos equipamentos.

A finalização do processo de venda dos equipamentos com o repasse da posse está sendo conduzida pela TV Minas no que tange às partes operacional, orçamentária e financeira.

13. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Corresponde às despesas já pagas, a serem apropriadas mensalmente, a partir de 01/01/2022, à medida que as despesas ocorrerem:

	2021	2020
Prêmios de seguros	46.660	32.808
Manutenção de sistemas	1.261.891	479.503
Assinaturas e anuidades	9.453	9.810
Total	1.318.004	522.121

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Depósito e bloqueio judicial trabalhista	7.101.494	6.754.546
Depósito judicial PIS/COFINS	940.560	362.837
Total	8.042.054	7.117.383

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$7.101.494, sendo que o depósito mais relevante, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, no valor de R\$4.748.409, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Quanto aos depósitos judiciais PIS/COFINS, em 2020, a empresa ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

15. FATURAMENTO PENDENTE

Está representado por valores decorrentes da prestação de serviços realizados sem cobertura contratual, ou que excedem o saldo contratual, ou que estão com contrato vencido ou sem ateste, cuja emissão do documento fiscal ocorre apenas quando há regularização contratual. Em 31 de dezembro de 2021 a conta está composta da seguinte forma:

	2021	2020	
Saldo Contábil	PECLD	Valor Líquido	Valor Líquido
31.383.438	(14.255.214)	17.128.224	20.675.720

As provisões e perdas sobre os Serviços a Faturar foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise individual de cada pendência contratual com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Neste exercício, a Política para Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa foi aperfeiçoada, tendo sido alterados os critérios estabelecidos para a constituição da PECLD relativos aos Serviços Prestados, demonstrando os seus créditos com saldos ajustados aos valores prováveis de sua realização, refletindo as perdas que são esperadas, conforme estabelecido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC- 48 (Instrumentos Financeiros).

Até o exercício de 2020, a PECLD sobre os Serviços a Faturar era determinada conforme percentuais aplicados aos anos com pendências de regularização. Com a revisão da política, estabeleceu-se que, após análise individual de cada serviço, pela área de Negócios, a perda seria considerada conforme o indicativo de regularização de faturamento considerada improvável. Dessa forma, alguns valores que antes não estavam provisionados foram tratados como possível perda e outros que já haviam sido provisionados como possível perda, com a nova análise houve a reversão, visto que foram tratados como regularização possível.

Ano base	Faturamento pendente dez/21 - antes PECLD	PECLD reconhecida até 2020	(Provisão)/estorno PECLD 2021 Posição Política revisada	Total PECLD acumulado 2021	Saldo final líquido com PECLD
2012 a 2015	2.075.943	(2.075.943)	-	(2.075.943)	-
2016	1.936.209	(1.936.209)	53.716	(1.882.493)	53.716
2017	6.927.658	(4.504.834)	(359.811)	(4.864.645)	2.063.013
2018	7.994.966	(2.824.523)	1.167.056	(1.657.467)	6.337.499
2019	10.248.036	-	(3.146.081)	(3.146.081)	7.101.955
2020	1.088.164	-	(484.630)	(484.630)	603.534
2021	1.112.461	-	(143.955)	(143.955)	968.506
Total	31.383.438	(11.341.509)	(2.913.705)	(14.255.214)	17.128.224

16. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Créditos a receber oriundos de ressarcimentos de remunerações pagas a maior a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019, no montante de R\$139.587. Segue abaixo detalhamento do fato:

Em 2020, a gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE uma auditoria nos aumentos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as normas legais e regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

Diante do exposto, irregularidades foram constatadas e a CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos antigos Diretores e Conselheiros à Companhia, tendo disso já feita a cobrança administrativa aos devedores. O montante pago indevidamente foi de R\$233.625, sendo que a Companhia já recebeu o valor de R\$94.038 e aguarda pelo restante do ressarcimento (R\$139.587).

No ano de 2021, houve a reclassificação de circulante para não circulante, uma vez que foram ajuizadas em 29/10/2021, ações de responsabilidade civil contra os devedores relativamente a esses débitos.

17. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, também parte relacionada da Companhia, correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

	2021	2020
Participação societária	312.410	312.410
Obra de arte	900	900
Total	313.310	313.310

18. IMOBILIZADO

			2021	2020	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.532.343	(18.082.870)	1.449.473	2.009.133	4%
Equipamentos Processamento de Dados	96.594.646	(75.662.208)	20.932.439	17.807.265	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.373.891	(1.130.206)	243.684	513.029	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	740.592	(661.941)	78.650	1.332.373	7%
Veículos	107.798	(75.459)	32.339	32.339	20%
Total	128.749.269	(95.612.684)	33.136.585	32.094.138	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado em 2021 pode ser assim demonstrada:

	2020 Aquisições	Depreciação/Baixa	2021
	32.094.138	9.843.805	(8.801.357) 33.136.585

O Imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar o seu Ativo Imobilizado. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, com exceção relacionada a 27 itens apontados na avaliação da vida útil em dezembro de 2021 (01 bem registrado em Ferramentas e 26 Servidores registrados em Equipamentos de Processamento de Dados - vida útil considerada de 10 anos; além do Mainframe, no grupo Equipamentos Processamento de Dados, que se trata de um equipamento de grande porte modelo Z14 fornecido pela IBM Brasil, Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. que possui ciclo de vida específico, conforme disponibilidade de suporte técnico ao equipamento, prestado pelo fabricante. Portanto, é considerado a média de vida útil dos equipamentos mainframe fornecida pelo fornecedor (08 anos)).

Permanece no Patrimônio Líquido o montante referente à Reserva de Reavaliação de R\$10.242.653, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações (vide NE 30.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

19. INTANGÍVEL

			2021	2020
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	58.479.349	(55.026.157)	3.453.191	2.928.627

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2021 pode ser assim demonstrada:

2020	Aquisições	Amortização/Baixa	2021
2.928.627	1.724.345	(1.199.781)	3.453.191

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

20. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registrados no Passivo Circulante (R\$11.991.038).

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2021	2020
PIS (a)	1.476.480	1.445.747
INSS (b)	2.395.737	2.063.263
COFINS (a)	6.810.578	6.662.170
Salários e Honorários a pagar	6.024.790	6.000.295
Bônus empregados (c)	856.908	-
Participação nos lucros e resultados - PLR (d)	1.399.395	-
FGTS	1.035.480	849.454
Plano Previdencial Libertas (e)	2.511.170	2.084.265
Contribuições retidas na fonte	167.093	156.354
Benefício Pós Emprego (e)	14.439	7.606
Total	22.692.069	19.269.154

- A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide NE 09) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.
- A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.
- A título de bonificação aos empregados, em 2021, a administração da Companhia estabeleceu

metas globais a serem cumpridas durante o ano, culminando com a previsão no valor de R\$856.908, a ser pago no primeiro semestre de 2022.

- d. Além disso, decorrente do lucro no exercício de 2021, foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR o montante de R\$1.399.935, atendendo à Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2021/2023, cláusula vigésima sétima.
- e. O Plano Previdencial Libertas e Benefício pós Emprego referem-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

22. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2021	2020
IRRF	3.065.072	2.317.724
ISSQN - Próprio	32.506	26.457
ISSQN retido	59.566	52.786
IRPJ/CSLL estimativa dezembro	1.127.278	504.045
IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação	13.597	13.597
Parcelamento IRPJ/CSLL - 2017/2018	1.053.620	1.016.290
TOTAL	5.351.639	3.930.898

Desde 2020, a Companhia vem quitando regularmente o parcelamento de dívida tributária junto à Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018. O parcelamento inicial foi no montante de R\$4.990.622, para pagamento em 60 meses, com previsão de término em maio de 2025, sendo que em 31/12/2021, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.053.620 e no Não Circulante pelo valor de R\$2.546.248.

23. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o ano de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos anos de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com:

- 1) A criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012;
- 2) O fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, em dezembro de 2013;
- 3) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014;
- 4) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, na data efetiva da transação, ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

No exercício de 2018, devido à dificuldade financeira que a Companhia passou, 03 (três) parcelas não foram quitadas no momento devido e novamente ocorreu a renegociação dos débitos do plano ProdemgePrev, onde esses débitos foram adicionados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor registrado é de R\$18.031.653, restando 40 parcelas a vencer para o contrato do Plano ProdemgePrev – CD.

	2021	2020
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	5.937.407	5.351.015
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	12.094.246	15.190.664
Total Dívida	18.031.653	20.541.678

24. DIVIDENDOS

Em 2021, foi proposta a distribuição dos dividendos obrigatórios em 75% do lucro, no total de R\$12.223.688, sendo deliberada favorável pela CCGE (Comitê de Coordenação e Governança de Estatais). Em 2020, decorrente do prejuízo acumulado que ainda existia, não foram registrados dividendos a pagar.

25. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Neste grupo há o registro de valores a pagar referente a débitos gerados pela folha de pagamento (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários), no montante de R\$981.289, e a contrapartida do depósito bancário referente ao Convênio com a AGE (vide NE 04), no valor de R\$340.434.

Além disso, decorrente de um Termo de cessão oneroso do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA há o registro de aluguel a pagar, no montante de R\$479.500. Conforme consta no Termo, o aluguel será abatido dos valores gastos com a realização de obras no local.

26. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar (vide NE6), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 18) e sobre o Passivo Líquido apurado na Avaliação Atuarial (nota explicativa 28).

	2021	2020
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	4.482.503	4.143.343
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Reserva de Reavaliação	133.613	147.210
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Avaliação Atuarial	4.251.610	6.944.310
TOTAL	8.867.725	11.234.862

27. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Referem-se aos depósitos judiciais PIS/COFINS, conforme consta em NE 14, onde a Companhia reconhece a parcela referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) excluída da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), uma vez que os valores estão sendo discutidos judicialmente.

28. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

Em atendimento à deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante o montante de R\$12.504.734 em 2021, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos abaixo:

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Conseqüentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2021			2020		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	1	2	3	1	1	2
	Média Idades	45	59	52	44	60	52
Mantidos	Quantidade	3	7	10	3	7	10
	Média Idades	50	54	52	49	54	51
Aposentados	Quantidade	10	142	152	10	145	155
	Média Idades	68	69	68	67	68	68
	Suplementação Média	3.603,46	5.295,23	4.449,34	3.349,22	4.922,84	4.136,03
Pensionistas	Quantidade	4	18	22	5	18	23
	Média Idades	63	72	67	54	69	62
	Suplementação Média	2.399,95	2.767,09	2.583,52	1.919,40	2.223,59	2.071,50

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

O aumento na quantidade de Ativos no Plano Saldado é justificado pela reintegração de um aposentado por invalidez como ativo, devido a cessação da aposentadoria.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas estão em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
Composição familiar		Família Real	Família Real
Hipóteses Econômicas	Taxa Real de Juros	5,0565%	5,0173%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	5,02%	5,02%
	Fator Capacidade	98,30%	98,30%
	(Salários e Benefícios)		

A taxa nominal de juros aplicada de 10,33% para o plano RP5II e de 10,29% para o plano Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 5,0565%, para o Plano RP5II e de 5,0173% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duration de 174 meses para o Plano RP5II e de 128 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31/12/2020 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 5,02%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 10 de dezembro de 2021.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2021	2020
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	145.150.178	146.233.261
2. Custo do serviço corrente	28.080	18.536
3. Custo dos juros	9.585.043	9.807.857
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(9.204.053)	(9.486.733)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(27.206.717)	(4.846.256)
c. Efeito da experiência do plano	10.400.287	3.423.513
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	128.752.818	145.150.178

O custo do serviço corrente em 31/12/2021 mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2020, devido a reintegração do aposentado por invalidez como ativo, cessando a sua aposentadoria.

A queda nas obrigações deve-se exclusivamente pelo aumento na taxa de desconto. As taxas das NTN-B utilizadas como parâmetro para a taxa de desconto estão atreladas à SELIC. O aumento na taxa SELIC foi observado a partir de 3/2021, período no qual era de 2% e, em 12/2021, foi definida em 9,25%.

	2021	2020
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	124.147.846	129.289.561
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	8.207.274	8.674.383
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	1.254	1.454
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	5.639	1.458
c. Benefício pago pelo plano	(9.204.053)	(9.486.733)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(7.475.720)	(4.332.277)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	115.682.241	124.147.846

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2021	2020
1. Obrigação de benefício definido	128.752.818	145.150.178
2. Valor justo do ativo do plano	(115.682.241)	(124.147.846)
3. Situação financeira do plano	13.070.577	21.002.332
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(565.843)	(577.891)
5. Passivo / (Ativo) líquido	12.504.734	20.424.441

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

Em dezembro de 2021, decorrente de um déficit registrado no Plano Saldado, a Companhia aprovou o Plano de Equacionamento de Déficit, no qual, na condição de patrocinadora optou pela quitação do equacionamento, em parcela única, no valor de R\$2.140.376. Quitação esta que se dará no exercício de 2022. Os participantes e assistidos contribuirão sobre o benefício saldado com percentuais de 2,901% e 2,598% respectivamente, com contribuições extraordinárias, a partir de abril/2022, sendo já considerados nos cálculos atuariais acima.

29. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 42 processos classificados como prováveis, sendo 41 na Justiça trabalhista e 01 na Justiça Comum.

Se comparado com o ano de 2020, houve aumento das provisões a título de perda provável no montante de R\$121.019.

	2021	2020
Justiça do Trabalho	7.196.845	7.097.946
Justiça Comum	22.120	-
Total	7.218.964	7.097.946

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião da área jurídica da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras. Temos também uma ação de valor relevante referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia, no valor de R\$4.767.144.

A Companhia figura também com responsabilidade subsidiária em 08 processos (19% do total dos processos de perdas prováveis), representando 2% do valor total provisionado. Caso os pleitos sejam procedentes, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

Possui também, como Passivo Contingente o montante de R\$20.016.378 avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia como perda possível, classificados na Justiça do Trabalho, Comum e Federal, sendo o mais relevante relacionado a um processo da Justiça Comum, no valor de R\$17.608.873, movido pela empresa Telemar Norte Leste S/A, reivindicando pagamento de faturas com juros e correção relativas ao contrato da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais. Este contrato está vinculado ao Decreto 45.006, de 09/01/2009, onde os pagamentos à operadora não são de responsabilidade da Prodemge. Esse processo foi classificado como perda possível por não ter ocorrido nenhuma decisão judicial sobre ele, estando em fase de perícia.

		2021	2020
Perda Possível	Justiça do Trabalho	5.496	127.165
	Justiça Comum	19.925.881	5.300
	Justiça Federal	85.000	-
Total		20.016.378	132.465

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) Benefícios a Empregados, onde, para o exercício de 2021, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, conforme NE 28, ocorreu o reconhecimento de R\$11.109.695 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, levando o saldo a apresentar-se negativo em R\$8.034.331 em 31 de dezembro de 2021.

Saldo 31/12/2020	(19.144.026)	
Ganho atuarial 2020 p/ 2021	7.919.707	} 11.109.695
IRPJ/CSLL diferidos	2.692.700	
Ajuste nas provisões x pagamentos	497.288	
Saldo em 31/12/2021	(8.034.331)	

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide NE 18). É transferida para lucros/prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

	2021
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.956.894
Reserva de Reavaliação de Edificações	312.154
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	(39.992)
. IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	13.597
Saldo em 31/12/2021	10.242.653

Em 2021 foi realizado o valor de R\$39.992 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e o valor de R\$13.597 referente ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício de 2021, deduziu-se a parcela remanescente de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76.

e) Reserva de retenção de lucros

Constituída após as deduções previstas por lei (prejuízos acumulados, reserva legal e dividendos).

31. RECEITAS LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços	315.166.508	262.253.633
Descontos concedidos	-	(14.220.756)
Vendas canceladas	(1.053.956)	(127.845)
Impostos e contribuições incidentes s/prest.serviços	(43.738.760)	(35.769.998)
Total	270.373.792	212.135.034

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação (R\$315.166.508 em 2021) é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo a Prodemge como principais clientes os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

Impostos e contribuições incidentes sobre a sua prestação de serviços apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
ISSQN (2,5%)	7.802.301	6.517.790
PIS (0,65% e 1,65%)	3.887.615	3.227.120
COFINS (3,0% e 7,6%)	17.913.780	14.869.361
INSS desoneração (4,5%)	14.135.065	11.155.726
Total	43.738.760	35.769.998

32. CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2021, a Companhia apresentou seus custos conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020	% Redução
Pessoal	116.160.802	109.006.609	6,56%
Treinamento	2.519	12.708	-80,18%
Material	271.544	831.581	-67,35%
Manutenção Equipamentos	10.682.891	10.120.788	5,55%
Manutenção Bens Instalações	20.182	19.960	1,11%
Aluguel Equipamentos	839.288	1.110.847	-24,45%
Serviços Terceiros	7.990.380	7.414.128	7,77%
Licenciamento e Manutenção Software	17.111.207	14.134.739	21,06%
Utilidades e Custos Gerais	3.672.046	3.344.982	9,78%
Depreciação/Amortização	7.419.721	6.968.529	6,47%
Total	164.170.581	152.964.871	7,33%

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais apresentou a seguinte composição:

	2021	2020	% Redução
Pessoal	26.993.827	26.875.274	0,44%
Treinamento	122.166	37.249	227,97%
Material	191.620	35.792	435,38%
Manutenção Equipamentos	30.649	42.337	-27,61%
Manutenção Bens/Instalação	86.014	108.004	-20,36%
Aluguel Equipamentos	10.355	20.169	-48,66%
Serviços de Terceiros	3.917.121	4.598.656	-14,82%
Licenciamento/Manutenção Software	391.447	36.428	974,59%
Utilidades e Despesas Gerais	2.255.029	3.522.473	-35,98%
Depreciação/Amortização	290.312	369.598	-21,45%
Encargos Tributários	62.187	74.761	-16,82%
Total	34.350.728	35.720.741	-3,84%

34. PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Serviços Realizados a Faturar, conforme notas explicativas 05 e 15, afetando o resultado do exercício de 2021 em R\$16.594.779.

35. PERDAS SOBRE FATURAS

Em 2021 ocorreram baixas de faturas emitidas e sobre serviços a faturar, ambos do ano de 2011, no valor de R\$1.150.928, conforme determinado na Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

36. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2021, o Estado de Minas Gerais realizou a contratação de serviços financeiros para processamento do pagamento de pessoal e Fornecedores, por meio de pregão havendo a adesão por empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista). O Banco Itaú foi o vencedor do processo e, conforme cláusula contratual, ofertou valor para ter a exclusividade de realizar estes serviços.

O valor ofertado pela instituição bancária foi recebido pelo Estado, sendo dividido e repassado às empresas estatais a órgãos públicos da administração direta que aderiram ao contrato, conforme a quantidade de agentes públicos remunerados e a respectiva equivalência de receita auferida. Coube à Prodemge o valor de R\$4.205.217.

Além disso, no exercício de 2021 recebeu o montante de R\$37.472 a título de Dividendos e Juros sobre capital próprio, decorrente da participação acionária de 0,35% na empresa Minas Gerais Participações S.A (vide NE 17).

37. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
. Receitas aplicação financeira	3.261.783	1.064.604
. Descontos obtidos/juros recebidos	11.051	102.009
. Variação Monetária Ativa	244.178	156.442
	3.517.011	1.323.055
Despesas Financeiras		
. Multas	(20.507)	(65.235)
. Correção monetária	(1.976.931)	(1.106.134)
. Juros	(1.261.629)	(1.647.916)
. Descontos concedidos	(4)	(102)
	(3.259.071)	(2.819.387)

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2021, a Companhia reconheceu, com base no lucro real, os montantes de R\$17.838.993, de provisão para o imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$6.646.926 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, totalizando R\$24.485.919.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes das adições/exclusões	57.500.511	9.269.083	50.853.585	6.892.297
Adições	34.219.644	53.583.658	40.866.570	56.037.336
Exclusões	(17.865.422)	(36.444.008)	(17.865.422)	(36.444.008)
Base de Cálculo	73.854.732	26.408.733	73.854.732	26.485.625
Incentivo PAT	-	-	(443.128)	(158.914)
Licença Maternidade	-	-	(157.562)	(269.289)
IRPJ/CSLL	6.646.926	2.376.786	17.838.993	6.169.204

39. PARTES RELACIONADAS

39.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

a) Estado de Minas Gerais

a.1) Prestação de serviço de tecnologia da informação (NE 05 e 06)

a.2) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG - conforme Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

a.3) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS
A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

a.4) Convênios de Cooperação Técnica relacionados à cessão de empregados firmados com os seguintes órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais: Advocacia Geral do Estado, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria Geral do Governo, Ouvidoria Geral do Estado e Controladoria Geral do Estado.

b) Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretores da Companhia.

c) IEPHA: aluguel de imóvel, conforme NE 25.

Abaixo, segue posição em 31/12/2021 e 31/12/2020, nos grupos de Ativo e Passivo:

	2021	2020
Ativo - Contas a Receber		
. Administração Direta (Cliente)	66.883.833	70.405.557
. PECLD (Ad.Direta)	(48.938.468)	(35.174.010)
	17.945.365	35.231.547
<hr/>		
. Administração Indireta (Cliente)	1.513.425	1.533.729
. PECLD (Ad.Indireta)	(22.210)	(7.247)
	1.491.216	1.526.482
<hr/>		
Ativo - Serviços a Faturar		
. Administração Direta (Cliente)	50.861.199	46.902.500
. PECLD (Ad.Direta)	(13.148.623)	(11.166.247)
	37.712.576	35.736.254
<hr/>		
. Administração Indireta (Cliente)	4.497.313	3.991.105
. PECLD (Ad.Indireta)	(767.860)	(177.765)
	3.729.453	3.813.340
<hr/>		
Passivo		
. SEPLAG - Fornecedor	461.702	2.394.355
. MGS - Fornecedor	238.156	241.179
. Fundação Libertas	18.031.652	23.425.125
. IEPHA	479.500	359.500

As transações com as Partes Relacionadas referentes à prestação de serviços registraram os montantes abaixo para os exercícios de 2021 e 2020:

	2021	2020
Receita		
. Administração Direta e Indireta	297.928.061	245.812.654

Com relação aos custos/despesas com as Partes Relacionadas, temos os seguintes montantes:

	2021	2020
Custos/Despesas		
. SEPLAG - Fornecedor	1.447.768	2.782.640
. MGS - Fornecedor	3.933.458	4.532.230
. Fundação Libertas	3.091.593	2.348.167
. IEPHA	120.000	396.000

Decorrente dos termos de cooperação técnica, registramos abaixo os montantes recebidos pelos empregados cedidos:

	2021	2020
Recebimento de Convênios	1.266.725	1.215.061
Empregados cedidos		

39.2) Operações com Administradores

Os administradores são compostos pelos membros do Conselho de Administração e Diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva da Companhia compreende honorários e benefícios (plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida), e o Conselho de Administração é remunerado com honorários. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Diretoria Executiva	1.074.487	969.603
Conselho de Administração	383.667	355.150

40. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade ou uso exclusivo e de terceiros sob sua guarda por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

	Vr. Segurado
Edifícios	2.009.133
Equipamentos Processamento de Dados	17.880.212
Móveis, Utensílios e Ferramentas	513.029
Estoque	487.073
Bens de Terceiros	17.853.914
Certificação Digital	1.000.000
Veículo	Vr. de mercado

Também mantém segurados os bens patrimoniais de terceiros advindos de um de contrato de locação do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, localizado à Rua da Bahia, 2287, Lourdes, Belo Horizonte:

	Vr. Segurado
Edificações	5.899.098
Móveis, Utensílios e Ferramentas	513.029

41. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que os dados operacionais e financeiros das atividades principais desempenhadas pela Companhia, em atendimento ao interesse coletivo, estão inseridos no Relatório da Administração, itens 05 e 06.

42. EFEITO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desde março de 2020, a Prodemge implantou uma série de ações e medidas alinhadas às diretrizes do Governo de Minas Gerais e às recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde – OMS, com o objetivo de preservar a saúde de seus empregados e colaboradores, além de manter a qualidade dos serviços prestados, minimizando os impactos da pandemia.

Em obediência às recomendações de isolamento social, a Companhia manteve as ações adotadas em 2020 para evitar o contágio e a propagação do vírus, como o regime de teletrabalho e diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns.

Com a implantação do regime de teletrabalho, a Companhia se beneficiou com a redução de alguns custos, se comparado a 2020, como por exemplo, custo com materiais, mão de obra de terceirizados e aluguel do espaço utilizado na Cidade Administrativa. Esta redução significou algo em torno de R\$2.000.000.

Cabe mencionar que a Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 pode trazer aos seus negócios, podendo adotar medidas conforme haja necessidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
Ademilson Jorge de Barros Monteiro
Alonso Fernandes Júnior
Conrado Lopes Vilaça de Abreu
Diogo Soares Leite
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz
Roberto Tostes Reis
Tadeu Barreto Guimarães

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente
Ladimir Lourenço dos Santos Freitas – Diretor
Antônio Viana Passos Neto - Diretor

CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias
Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte
Luis Carlos Jardim
Sandro Cesar Borges

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9